

• Política

Economia - Brasil

REUNIÃO MINISTERIAL

Governo tentará acordo para nova política de rendas nesta quarta

por Cláudia Safatle
de Brasília

O presidente Itamar Franco, respaldado por uma decisão unânime de seu ministério, deverá vetar o projeto de lei que reajusta os salários pela inflação integral do mês anterior, e marcou uma nova reunião tripartite — governo, empresários e trabalhadores, para a próxima quarta-feira (amanhã). Nesta, será discutida uma proposta alternativa e provisória para o reajuste dos salários, e se tentará, mais uma vez costurar um acordo de grande amplitude, envolvendo salários, preços, juros, tarifas públicas, política tributária e fiscal, ou seja, todos os ingredientes de uma política de rendas.

Esse foi o resultado da reunião do presidente da República com lideranças empresariais, sindicais, e todo seu ministério, que começou às 16 horas de ontem, e terminou, com uma reunião entre o presidente e seus ministros, às 21 horas. Primeiro, falaram os líderes sindicais — presidente da Força Sindical,

Luiz Antonio Medeiros, da Central Única, Jair Mene-guelli, da Central Geral dos Trabalhadores, Antonio Fernandes dos Santos Neto, e da Confederação Geral, Canindé Pegado. Com exceção de Medeiros, todos pediram expressamente ao presidente Itamar que sancionasse o projeto de lei. Da parte dos empresários — estavam o presidente da CNI, Albano Franco, da Febraban, Alcides Tápias e representante da CNA, Fábio Meirelles. O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) defendeu uma política de remuneração para os trabalhadores, que não seja só salários, mas que passe pela participação dos lucros, resultados e produtividade, apurados a cada seis meses. As empresas que não pudessem pagar mais, reajustariam pela inflação passada.

Ao ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, coube a palavra final dessa primeira parte da reunião, depois da exposição dos ministros da Previdência Social, Antonio Brito, e do Trabalho, Walter Barrelli.

Cardoso foi enfático. A política salarial aprovada no congresso “provocará uma paralisação da possibilidade de controle das finanças públicas”. Depois de esmiuçar os danos que a aprovação da lei causaria e assinalar que a política econômica em curso seria capaz de reduzir a inflação em dois a três pontos percentuais ao mês, o ministro da Fazenda lançou um desafio aos presentes: “se nós quisermos, se houver disposição dos empresários e trabalhadores e do governo, para juntos definirmos uma política de combate efetivo à inflação, de acabar com essa indexação feioz, não por prefixação ou por decreto, mas através de medidas práticas, (...) dez dias não são suficientes, mas dois meses são; e dois meses não leva aos albores da revisão constitucional”. Dez dias é o prazo que o presidente da República tem para vetar ou sancionar o projeto de lei. Dois meses foi o prazo colocado pelo ministro da Fazenda para se tentar, por um acordo, medidas mais estruturais de combate à inflação, como uma reforma

tributária, financiamento para a próxima safra, política de juros, entre outros componentes de uma política econômica. Essa proposta foi analisada pelo presidente da República e seu ministério, em reunião fechada, e terminou prevalecendo, conforme nota oficial divulgada ao final dessa reunião.

A seguir a íntegra da nota oficial:

O Presidente da República considerou significativa, para o momento, a aceitação pelos líderes sindicais e empresariais da proposta do governo de uma ampla discussão de medidas necessárias ao combate à inflação, de forma compatível com a melhoria da distribuição de renda e com a continuidade do processo de desenvolvimento econômico.

Assim sendo, convida os mesmos interlocutores para, juntamente com os ministros das áreas econômicas e social, iniciarem, na próxima quarta-feira, às 16:00 horas, os entendimentos sobre aquelas medidas e, ao mesmo tempo, a definição de política salarial de emergência, tendo em vista a impraticabilidade da que foi recentemente aprovada pelo Congresso, conforme a avaliação unânime do Ministério.